

Os acordos entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas: nova era da política mundial para o desenvolvimento *

HORÁCIO H. GODOY **

1. Introdução; 2. O marco histórico dos acordos; 3. A estratificação em termos do poder mundial; 4. O conteúdo dos acordos entre os Estados Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; 5. O significado dos acordos; 6. A nova era das relações internacionais e a cooperação mundial para o desenvolvimento.

Nota de esclarecimento

Desde há aproximadamente uns 15 anos, quando realizei meus estudos de direito, ciência política e direito internacional, com os Prof. Harold D. Lasswell e Myres S. McDougal, na Escola de Direito da Universidade de Yale, até esta data, contando meus anos no Chile, à frente da Escola Latino-americana de Ciência Política e Administração Pública da FLACSO, venho estudando e observando o que denominei de processo de estruturação do poder mun-

* Trabalho apresentado na I Reunião Internacional para Análise das Relações entre os Países Industrializados e o Terceiro Mundo, realizada em Bogotá de 5 a 8 de dezembro de 1973.

** Chefe de Projetos de Assistência Técnica das Nações Unidas junto à Escuela Superior de Administración Pública da Colômbia.

dial, em sua relação com a revolução científico-tecnológica. Os acordos de Moscou e de Washington, assinados respectivamente em 1972 e 1973 pelas duas superpotências mundiais, estimularam minha curiosidade intelectual e fortaleceram algumas das minhas hipóteses fundamentais acerca da nova era que vive a humanidade. Meus trabalhos sobre a *Integração da América Latina e o processo do poder mundial*; *Diagnóstico da situação mundial contemporânea e posição da América Latina*; *Aspectos políticos da revolução científico-tecnológica de nosso tempo e Planejamento científico-tecnológico do desenvolvimento* constituem o fundamento teórico e representam alguns esforços metodológicos que empreendi no desenvolvimento deste estudo. Como consequência, as hipóteses e os conceitos teóricos utilizados neste trabalho são de minha exclusiva responsabilidade e não comprometem, de maneira alguma, as Nações Unidas ou a Escola Superior de Administração Pública da Colômbia, instituições com as quais atualmente mantenho vínculos profissionais e acadêmicos.

Desejo agradecer de forma especial aos senhores embaixadores da União Soviética e da Iugoslávia e à Embaixada dos Estados Unidos na Colômbia pela generosidade que tiveram comigo ao entregar-me uma valiosa documentação básica sobre os Acordos de Moscou e de Washington e sobre a IV Conferência de Chefes de Estado dos Países Não-Alinhados, realizada em Argel.

1. Introdução: as 12 hipóteses principais

1. *Nova era*: os acordos firmados pelas duas superpotências em Moscou e em Washington, em 1972 e 1973, significam o começo oficial formal, de uma nova era no campo das relações internacionais e da política mundial.

2. *Fim da guerra fria*: a nova era das relações internacionais e de política mundial implica na cessação — oficial e formal — da guerra fria, em seus esquemas mentais e estratégicos e no começo de uma etapa de *distensão* e de *reestruturação* das relações entre as duas superpotências.

3. *Mudança na política mundial*: o estabelecimento de profundas relações de colaboração entre as duas superpotências impõe, necessariamente — pelo conteúdo, pela magnitude e por seu significado com relação às superpotências e aos outros países — uma mudança na política mundial.

4. *As magnitudes das superpotências*: a interpretação e a avaliação dos acordos de Moscou e de Washington deve realizar-se em função das magnitudes do poder das superpotências; do conteúdo dos acordos e de seu contexto histórico.

5. *Contexto histórico*: os efeitos dos Acordos de Moscou e de Washington poderão ser avaliados em suas últimas consequências se se levar em conta que o contexto histórico da era científico-tecnológica modificou radicalmente o significado do espaço (distância) e do tempo, ou *timing*.

6. *Conteúdo dos acordos*: os Acordos de Moscou e de Washington regulamentam os setores-chave das relações entre as duas superpotências e, por seu conteúdo, transcendem os interesses das partes contratantes.

a) Princípios básicos das relações entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas: contatos, intercâmbios e cooperação.

b) Limitação de armamentos estratégicos e restrição da guerra nuclear a incidentes marítimos.

c) Cooperação em ciência e técnica, saúde, ambiente, agricultura, transporte, tributação.

d) Relações comerciais e econômicas.

7. *Mensuração do superpoder*: os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — em conjunto — representam 45% do produto interno bruto mundial, mais de 95% do poder nuclear e praticamente 100% do poder espacial.

8. *Efeitos da distensão*: a distensão das relações internacionais e a profunda reestruturação das relações entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas liberam a supercapacidade — financeira, técnico-científica, de organização e direção — das superpotências e enfatizam dramaticamente a urgência de orientar e canalizar essa capacidade para fins pacíficos do desenvolvimento mundial.

9. *Segurança internacional*: a segurança internacional não se limita apenas à ausência de conflitos entre as superpotências, devendo estender-se geograficamente a todos os países do mundo. Paz não é somente ausência de guerra, pois compreende aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e ecológicos. Neste sentido, os Acordos de Moscou e Washington são condição *necessária*, mas *de nenhum modo suficiente*, para a segurança e paz mundial.

10. *Guerra nuclear e paz nuclear*: a era científico-tecnológica caracteriza-se principalmente pelo uso da energia nuclear. Consequentemente, a humanidade é ameaçada pelo perigo de uma guerra nuclear, da qual todos podemos avaliar o risco. Torna-se evi-

dente, porém, que na era nuclear teremos também uma paz nuclear. Urge controlar de forma segura e definitiva os conflitos nucleares e construir as bases duradouras de uma paz nuclear.

11. *Os desafios aos acordos:* os Acordos de Moscou e de Washington enfrentam — neste momento histórico — duas provas decisivas: uma de caráter internacional: o conflito do Oriente Médio; outra, de caráter interno, que afeta as partes: a emenda do Senador Henry Jackson ao Tratado de Comércio Soviético-Norte-Americano, com o objetivo de evitar que se reconheça a condição da União Soviética como nação mais favorecida (NMF), enquanto nela perdurar o regime de discriminação no que diz respeito à emigração dos cidadãos de origem judaica.

12. *Extensão universal dos princípios:* para assegurar a validade universal dos Acordos de Moscou e de Washington, seus princípios e aspirações deveriam ser estendidos a todos os países. Esta universalização das condições da paz exige sistemas e mecanismos novos em escala mundial que estimulem, fortaleçam e canalizem a participação de todos os países nas decisões de transcendência mundial. Nunca se atribuiu, com tal intensidade, à Organização das Nações Unidas, o papel de organismo histórico encarregado de universalizar a paz dos acontecimentos. A ONU deverá, portanto, com o apoio de todos os povos que reclamam e esperam sua ação mundial efetiva, adotar os mecanismos necessários e dispor de recursos financeiros e técnicos para cumprir sua histórica missão.

2. O marco histórico dos acordos

2.1 A aceleração da história e as relações internacionais

Embora a aceleração da história, em nossa era, seja fato reconhecido sem maiores dificuldades, não se lhe atribui o valor devido. É tal a rapidez com que se sucedem os acontecimentos mais importantes e variados no campo científico-tecnológico, nas atividades políticas e no âmbito internacional, que se torna difícil — senão impossível — ao homem de nosso tempo manter-se informado, mesmo que superficialmente, acerca dos acontecimentos contemporâneos. Uma verdadeira “explosão de informação”, transmitida com rapidez crescente e abrangendo cada vez conteúdo mais am-

plo, ultrapassa a limitada capacidade da inteligência humana para absorver, analisar, compreender e avaliar seu significado.¹

O campo da política internacional é dos que apresentam maior número de acontecimentos de extraordinária importância que se processaram de forma vertiginosa, mudando a face do mundo e especialmente as projeções para os próximos 30 anos. O período 1971-73 foi testemunha de uma série de eventos cujos efeitos na orientação geral da política internacional parecem fora de dúvida. Mencionarei em ordem cronológica os seguintes:

1. em 25 de outubro de 1971 a Assembléia Geral das Nações Unidas reconheceu o governo da República Popular da China como o único representante desse país, e os colaboradores de Mao Tsé Tung ingressaram no Conselho de Segurança, passando a ocupar posições nos diversos órgãos da Sede Central e das demais unidades das Nações Unidas;

2. em 23 de janeiro de 1972 a Grã-Bretanha foi incorporada à Comunidade Econômica Européia, iniciando-se, desta maneira, o que se chamou “a segunda geração” da comunidade;

3. em fevereiro de 1972 o Presidente Richard Nixon realizou sua histórica visita à China, inaugurando, assim, oficialmente, uma política de aproximação progressiva entre os Estados Unidos da América do Norte e aquele país;

4. entre 22 e 30 de maio de 1973 ocorreu a primeira visita oficial de um presidente norte-americano à União Soviética,² e foram firmados acordos bilaterais, aos quais nos referiremos mais adiante;

5. em outubro de 1972 as negociações de paz no Vietnã tomaram uma orientação positiva para a solução final, concretizada no início de 1973;

¹ Toffler, Alvin. *Future shock*, New York, Random House, 1970. p. 311-6. Traduzido para o português sob o título *O choque do futuro*. Rio de Janeiro, Editora Arte Nova, 1972. McLuhan, Marshall & F'ore, Quentin. *The medium is the massage. An inventory of effects*. Middlesex, Penguin Books, 1967. *Gaudium et spes constitución conciliar: la Iglesia en el mundo de hoy*. Santiago, Ediciones Paulinas, 1966.

² Desde 1959, data em que Nikita Krushev visitou o Presidente Eisenhower, as autoridades máximas das superpotências celebraram as seguintes reuniões: John F. Kennedy e Nikita Krushev em Viena, 1961; Lyndon B. Johnson e Alexei Kosygin em Glassboro, Estados Unidos, por ocasião da presença do *premier* soviético à Assembléia Geral das Nações Unidas; e, finalmente, as duas mencionadas entrevistas do Presidente Richard Nixon com o Secretário-Geral do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, Leonid I. Brejnev, em maio de 1972 e em junho de 1973.

6. entre 18 e 25 de junho de 1973 o Secretário Geral do Partido Comunista Soviético, Leonid Brejnev visitou os Estados Unidos e assinou, com o Presidente Nixon, uma série de acordos bilaterais que complementam e ampliam os acordos firmados em Moscou no ano anterior; e, finalmente,

7. em 18 de setembro de 1973 a Assembléia Geral das Nações Unidas, em seu 28º período de sessões, admitiu, por aclamação, o ingresso da República Federal Alemã e da República Democrática Alemã nas Nações Unidas.

Os antecedentes citados, somados a acordos tão importantes — mas tão pouco difundidos — firmados em abril de 1972, entre norte-americanos e russos, sobre intercâmbio e cooperação nos campos científico, técnico, educativo, cultural, etc., e os convênios sobre cooperação espacial (exploração e utilização do espaço sideral; resgate de astronautas; regresso de astronautas e de objetos lançados ao espaço; desenvolvimento de sistemas adequados para o pouso e acoplamento de naves tripuladas e estações espaciais dos dois países) são sinais evidentes da profunda transformação sofrida pela política mundial no último quarto do século XX. Além disso, a famosa *ostpolitik* * do Chanceler Willy Brandt constitui outra das manifestações que confirmam esta tendência marcante de mudança substantiva nas relações internacionais. Os tratados da República Federal Alemã com a União Soviética (12 de agosto de 1970) e com a República Popular da Polónia (7 de dezembro de 1970), são expressões palpáveis das mudanças. Teve razão o Chanceler Alemão Willy Brandt para dizer, ao firmar o tratado com a União Soviética, que “nós temos o mérito de virar uma nova página da história”.³

Estes acontecimentos são, por sua vez, testemunho do que Alvin Toffler chamou “o choque do futuro”, porque são fatos históricos que se anteciparam, chegando sem que os esperássemos.⁴

* N.R. “Ostpolitik”: tradução literal “política oriental”. Termo utilizado para designar a política externa em relação aos países socialistas por parte do governo social-democrata da República Federal da Alemanha.

³ Brandt, Willy. *Paz: discursos y escritos del titular del Premio Nobel de la Paz*, 1971. Verlag Neue Gesellschaft, Gmb., Alemanha, 1971, p. 117. Para a política exterior da Alemanha Federal, ver Kaiser, Karl. *German foreign policy in transition*. London, Oxford, New York, Oxford University Press, 1968. Para os acordos firmados entre a República Federal da Alemanha e a União Soviética e entre a República Federal da Alemanha e a República Popular da Polónia, ver: *The Treaty of August 12, 1970 between the Federal Republic of Germany and the Union of Soviet Socialist Republics*. Germany, Press and Information Office of the Government, 1970; e *Tratado entre la República Federal Alemana y la República Popular de Polonia*. Departamento de Prensa e Información del Gobierno Federal.

⁴ Toffler, Alvin. op. cit.

2.2 A redução relativa do tamanho do mundo

Há, porém, outra dimensão em nossa análise das relações internacionais que, juntamente com a aceleração da história, constitui um fator estrutural determinante da situação contemporânea. Refiro-me ao que se denominou de redução relativa do tamanho do mundo em função da velocidade e/ou alcance dos novos meios de comunicação e transporte. Com base nesses modernos instrumentos pode-se dizer que “o tamanho relativo do mundo é inversamente proporcional à velocidade com que o homem percorre as distâncias”.⁵

Nos últimos 100 anos as velocidades regulares passaram de 100 km/h a mais de 1 000 km/h e as velocidades de lançamento de foguetes, carregados com ogivas nucleares, e de satélites artificiais passaram, respectivamente, a 10 000 e 35 000 km/h. Este salto qualitativo transforma o sentido das distâncias, aproximando as fronteiras dos países na razão direta dos novos recordes de velocidade alcançados. No campo do transporte de pessoas, bens, serviços e bombas nucleares, as distâncias deixaram de existir tanto para as superpotências, que dispõem desses modernos meios de comunicação e transporte, quanto para os países que deles não dispõem, porque, ao desaparecerem as distâncias, o afastamento dos centros de poder mundial já não tem maior significado para a melhor defesa dos países fracos. O quadro seguinte procura mostrar a relação entre as distâncias e a velocidade com a qual o homem consegue cobri-las.

A combinação entre a redução do tamanho relativo do mundo e a aceleração da história contemporânea produz, entre outros, os seguintes efeitos no campo específico das relações internacionais:

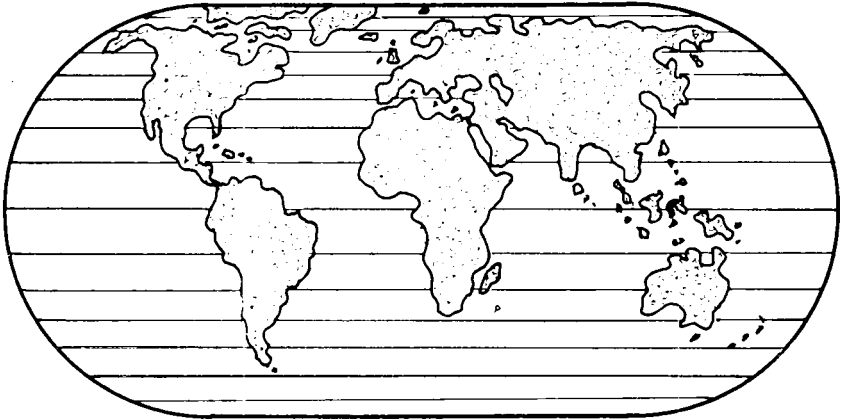
1. ênfase do processo de globalização em escala mundial, fortalecendo as relações de interação recíproca de todos os países do mundo (*global village*).⁶

⁵ Godoy, Horácio H. *The matrix for contextual. Systemic-operational analysis: contribution to the elaboration of preferred world order models*. III Conference of Research Directors. Kampala, Uganda, 1969; e Aspectos políticos de la revolución científico-tecnológica de nuestro tiempo. In: Stanzick, K. H. & Godoy, Horacio H. ed *Inversiones Extranjeras y Transferencia de Tecnología en América Latina*. Santiago, Chile, 1972. p. 37-48. Ver ainda Stanford Research Institute. *Non military scientific developments and their potential impact on foreign policy*. Committee of Foreign Relations, USA Senate, Government Printing Office. Washington, D. C., 1960. p. 97-198; *World facts and trends*. Center for Integrative Studies, School of Advanced Technology, State University of New York, Binghamton, N. York, 1970. p. 30.

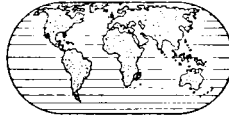
⁶ McLuhan, Marshall, Fiore, Quentin & Agel, Jerome. *Guerra y paz en la aldea global*. Barcelona, Ediciones Martinez Roca S. A., 1970. p. 19.

Quadro 1

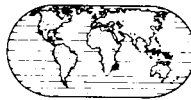
*Tamanho relativo do mundo
segundo a variável velocidade **



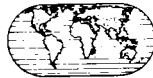
Ano: 1800 — velocidade 20km/h



Ano: 1900 — velocidade 100km/h



Ano: 1950 — velocidade 500km/h



Ano 1970 — velocidade 1 000km/h

* Stanford Research Institute. Possible nonmilitary scientific developments and their potential impact on foreign policy problems of the United States. In: *U. S. Foreign Policy*. Washington, v. 1-8, v. 1, p. 93-198, Sep. 1960.

2. em sequência à ênfase do processo de globalização em escala mundial, temos o surgimento de subprocessos de estruturação do poder mundial. Esses subprocessos, por um duplo movimento, mostram, de um lado, uma forte tendência à concentração do poder mundial em duas superpotências, cujas dimensões de poder excedem a capacidade de imaginação convencional, e em apenas três grandes potências, (China, Japão e a Comunidade Econômica Européia) e, ainda, como uma característica de nossa era, o surgimento das grandes empresas transnacionais,⁷ que por si mesmas constituem uma das colunas vertebrais da nova estruturação do poder mundial. No entanto o processo de estruturação do poder mundial apresenta outra tendência no sentido de dispersão do poder e manifesta-se na proliferação de nações-estados juridicamente independentes, muitas das quais merecem a qualificação de mini estados.⁸ Esta *explosão de países*, que atribui vida jurídica independente a países como as Ilhas Malvinas, Trinidad-Tobago, Baamas, as Ilhas Fiji, etc., é a mesma que produziu o crescimento maciço dos países-membros da ONU que, apenas 51 em 1945, chegam agora a 135, com a recente incorporação das duas Alemanhas. Os países que não estão formalmente alinhados com as superpotências tratam, das mais variadas formas, de conjugar seu poder disperso, seja através de negociações no campo do comércio e do desenvolvimento dentro da UNCTAD, seja das conferências dos países não-alinhados.⁹

Cabe, finalmente, salientar que a aceleração da história e esta redução relativa do tamanho do mundo em função por um lado,

⁷ Godoy, Horácio H. *La administración pública, las empresas transnacionales y el Grupo Andino*. Bogotá. Escuela Superior de Administración Pública, 1973. p. 19-46. United Nations. *Multinational corporations and world development*. New York, 1973. Sepúlveda, César. *Las llamadas empresas multinacionales*. México, D. F., 1973. Knickerbocker, Frederick T. *Oligopolistic reaction and multinational enterprise*. Boston, Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1973. Robock, Stefan H. & Simmonds, Kenneth. *International business and multinational enterprise*. Illinois, Richard D. Irwin, Inc., 1973. Viloria, Enrique. *Empresa multinacional. Integración latinoamericana. Administración pública*. Caracas, Comisión de Administración Pública, sep. 1973. Bureau of International Commerce. *The multinational corporation. Studies on U. S. foreign investment*. U.S. Department of Commerce, Mar. 1972. v. 1. Tugendhat, Christopher. *The multinationals*. Middlesex. Penguin Books, 1971; Vernon, Raymond. *Sovereignty at bay: the multinational spread of U.S. enterprises*. New York, London, Basic Books, Inc., 1971.

⁸ Blair, Patricia Wohlgemuth. *The ministate dilemma*. New York, Carnegie Endowment for International Peace, 1968.

⁹ Para a UNCTAD III ver: *Boletim Econômico de América Latina*. Nações Unidas, v. 17 n. 1, primeiro semestre de 1972. Para as Conferências dos Países Não-Alinhados ver: *Documentos de las conferencias y reuniones de los países no alineados, 1961-1973*. Secretaría de Informaciones del Consejo Ejecutivo Federal, Belgrado, 1973.

da velocidade e do alcance dos meios modernos de comunicação e transporte, e por outro, do processo de estruturação do poder mundial contemporâneo, com o duplo movimento de concentração-dispersão-novas formas de concentração — são acompanhadas por outros problemas de vital importância para o gênero humano: a explosão demográfica e os problemas dela decorrentes, como alimentação, educação, habitação e emprego, característicos do mundo subdesenvolvido;¹⁰ a contaminação do ambiente;¹¹ a escassez de recursos naturais¹² e os perigos de uma conflagração nuclear que poderia aniquilar a raça humana.¹³

2.3 *As grandes indagações do futuro*

Neste contexto trataremos de analisar o conteúdo e o significado dos acordos firmados entre os Estados Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em Moscou (1972) e em Washington (1973).

Aproveitando uma velha idéia do Apóstolo São Paulo, devemos analisar o *kayrós*, o tempo histórico “prenhe de possibilidades”, descrito por Xavier Zubiri¹⁴ com tanta agudeza, que oferece à nossa geração um campo quase infinito para a ação, começando pela própria natureza humana, até a construção de novos elementos materiais; a descoberta de novas fontes energéticas e a extensão das fronteiras do espaço humano, até lugares situados fora do planeta Terra.¹⁵ As missões Apolo à Lua; o Skylab e a “expedição” ao Planeta Júpiter são alguns exemplos do que se expressa no texto.

Que atitude teremos que assumir frente ao *kayrós* de nossa geração? Como adaptar nossos pensamentos, nossa maneira de sen-

¹⁰ Prebisch, Raúl. *Transformación y desarrollo: la gran tarea de la América Latina*. México, BID, FCE, 1970; CEPAL, Nueva York. *El cambio social y la política de desarrollo social en América Latina*. Naciones Unidas, 1969; Millikan, Max F. *Una estrategia para el desarrollo*. Centro de Información Económica y Social de las Naciones Unidas. Nueva York, Naciones Unidas, 1970.

¹¹ Helfrich, Harold W. ed. *Agenda for survival the environmental crisis*. Yale University Press, New Haven, London, 1970; de Bell, Garret ed. *The Environmental Handbook*. Ballantine Books, New York, 1970.

¹² Meadows, Donella H. et alii. *The limits to growth*. New York, Universe Books, 1972.

¹³ Kahn, Herman. *On thermonuclear war*. New Jersey, Princeton, 1960.

¹⁴ Zubiri, Xavier. *Naturaleza, Historia, Dios*. Madrid, 1944. Para uma referência geral à obra de Zubiri, ver: Hirschberger, Johannes. *Historia de la filosofía*. Barcelona, Biblioteca Herder, 1970. v. 2, p. 513-5.

¹⁵ Miles, Edgar. *International administration of space exploration and exploitation*. The Social Science Foundation and Graduate School of International Studies, Monograph Series in World Affairs, University of Denver, v. 8, n. 4. Denver, Colorado, 1970.

tir e nossos critérios de avaliação para uma melhor compreensão das circunstâncias históricas e mundiais que nos cercam? Poderemos evitar que continuemos olhando nosso presente através de um “espelho retrovisor” e que pretendamos alcançar o futuro “retrocedendo”, segundo as expressões de MacLuhan.¹⁶ Como avaliar o significado e o alcance dos Acordos de Moscou e Washington, segundo os parâmetros dos países subdesenvolvidos? Significam a “interrupção” e o relaxamento das tensões entre as superpotências, que torna desnecessária uma política especial para os países não-alinhados, ou a “pausa” serve para reforçar o *status quo* internacional — um mundo de duas superpotências e três grandes potências com o que resta — mais de 1/30 de países fracos — e, em consequência, tornar ainda mais imperativa a necessidade de uma política coordenada do Terceiro Mundo?¹⁷

3. A estratificação em termos do poder mundial

3.1 O poder nuclear

As armas estratégicas de natureza ofensiva ou as forças estratégicas nucleares estão representadas por três sistemas diferentes: os foguetes balísticos intercontinentais, lançados de terra, ou os ICBMs; os foguetes balísticos lançados do mar, ou os SLBMs, e os bombardeiros estratégicos. Há também os chamados sistemas estratégicos defensivos formados pelos antifoguetes balísticos, ou ABMs, que se complementam com os sistemas de alarme por satélites equipados com sensores infravermelhos, destinados a detectar as ogivas nucleares dos ICBM e informar ao sistema antifoguetes balísticos. Há outros sistemas estratégicos defensivos em pleno desenvolvimento, que poderiam ser utilizados contra os ataques de ICBM e de bombardeiros estratégicos.¹⁸

¹⁶ McLuhan, Marshall, et alii. *The medium massage*, p. 75.

¹⁷ Welcome to the third World. *Time*, p. 7.A, Sep. 17, 1973.

¹⁸ Stockholm International Peace Research Institut (SIPRI). World armaments and disarmaments. *SIPRI Yearbook*, 1972 (Parte I Strategic Nuclear Forces and SALT), p. 1-49. Stockolm, Sweden, 1972. Ver ainda para o antecedentes do Strategic Arms Limitation Talks (SALT). Conversaciones sobre limitación de armamentos estratégicos. p. 38-64. *SIPRI Yearbook*, 1969-70. Hassner, Pierre. SALT ou le triomphe de l'arms control. *Revue Française de Science Politique*, Presses Universitaires de France, v. 23 n. 4, p. 779-89, août, 1973. Derriennic, Jean Pierre. Les SALT et l'équilibre nucléaire. loc. cit. p. 790-800. Toinet, Marie-France. Les États-Unis et les SALT ou comment désarmer sans désarmer. loc. cit. p. 801-20. L'Union Soviétique et les SALT. loc. cit. p. 821-42. Kélin, Jean. Les SALT et la sécurité en Europe. loc. cit. p. 843-58. Os armamentos estratégicos criaram uma nova terminologia: ICBM (Intercontinental Ballistic Missiles) — Mísseis balísticos intercontinentais; SLBM (Sea-Launched Ballistic Missiles) — Mísseis balísticos de lançamento submarino; ABM (Anti-Ballistic Missiles) — Mísseis antibalísticos.

Além das armas nucleares estratégicas de caráter ofensivo e defensivo, mede-se a capacidade do poder nuclear em função dos seguintes critérios: a) quantidade de material nuclear explosivo; b) precisão dos instrumentos que guiam as cabeças nucleares para que alcancem seu objetivo, de acordo com o critério do “erro circular provável” (CEP-*Circular Error Probable*); e c) pelo número de ogivas nucleares que possam ser transportadas pelos diversos instrumentos ou armamentos estratégicos.¹⁹

De acordo com os indicadores mencionados, os Estados Unidos e a União Soviética representam quase 95% do poder estratégico nuclear no mundo e a estratificação internacional baseada no poder nuclear assume a forma de 2-3-18-120, isto é: 2 superpotências nucleares; 3 potências nucleares; 18 países que poderão dispor de armas estratégicas nos próximos 10 anos; 120 países sem poder nuclear.

Transcrevemos, a seguir, um quadro com alguns dos dados disponíveis sobre a existência de armas estratégicas, que será complementado com informações sobre o número de cabeças ou ogivas nucleares armazenadas e o potencial nuclear medido em megatons.²⁰

Quadro 2

*Estimativa dos instrumentos para lançamento de armas nucleares **

	EUA	URSS	Grã-Bretanha	França	China
ICBMs com MIRVs**	150	1520	—	—	20
sem MIRVs	904	—	—	IRBM 9	Vários
Polaris SLBMs MIRVs	544	400	—	—	—
Poseidon SLBMs MIRVs	112	100	64	—	—
Bombardeiros (B-52 e F-111)	—	140	56	—	—
de longo alcance	531	—	—	36—60	30

* SIPRI Yearbook, 1972. p. 2.

** Multiple-individually-targetable-re-entry-vehicle.

¹⁹ SIPRI Yearbook, p. 39-40, 1969-1970.

²⁰ Um megaton equivale a um milhão de toneladas de TNT. Se for arremessada uma bomba nuclear de um megaton em uma zona densamente povoada, poderá aniquilar um milhão de habitantes. Um kiloton equivale a 1000 toneladas de TNT.

Com relação às cabeças ou ogivas nucleares (*warheads*) têm-se utilizado diferentes métodos para determinar a provável quantidade acumulada pelas superpotências. Um deles consiste em dividir a quantidade estimada de material combustível fissionável pela quantidade necessária à fabricação de uma ogiva nuclear de 20 quilotons. Por esse método, os Estados Unidos dispunham, em 1970, de cerca de 100 000 ogivas das quais aproximadamente 7 000 estavam armazenadas na Europa Ocidental. A Rússia — segundo cálculos realizados por observadores da Europa Ocidental, já que há carência de informações de fonte soviética — possuía, em 1966, entre 6 000 a 10 000 ogivas nucleares. O poder da União Soviética quanto a ogivas nucleares sempre representou uma porcentagem relativamente baixa em confronto com o poder norte-americano, exceto em 1961, quando correspondia a 60% do total de ogivas nucleares em poder dos Estados Unidos. Para se ter uma idéia das diferenças entre as superpotências e as potências nucleares, devemos lembrar que a Grã-Bretanha dispunha, em 1964, de cerca de 1 500 ogivas nucleares e a França, de uma centena, não havendo informação precisa quanto à China, cujo potencial talvez fosse de algumas dezenas.²¹

Outro método para comparação do poder nuclear é a quantidade de explosivos nucleares, medidos em megatons (1 milhão de toneladas de TNT). O estoque mundial de explosivo nuclear é da ordem de 50 mil megatons, o que representa certa de 15 toneladas de TNT *per capita* da população mundial; a distribuição *per capita* aumenta para 60 toneladas de TNT se nos limitarmos à população dos países-membros da NATO e do Pacto de Varsóvia.²² Para que tenhamos uma idéia da capacidade total das armas estratégicas, devemos salientar que cada megaton lançado numa cidade populosa mataria 1 milhão de seres humanos.²³

O poder nuclear é uma das áreas de maior concentração entre as grandes potências e ilustra a tendência que mencionamos anteriormente com relação à acumulação do poder nas duas superpotências que firmaram, em 1972 e 1973, os Acordos de Moscou e Washington, respectivamente.

3.2 Outros indicadores da estratificação internacional

A análise do produto interno bruto mundial para 1970 permite extrair algumas conclusões que podem ser úteis para uma melhor compreensão do significado dos acordos entre as duas superpotên-

²¹ SIPRI Yearbook, p. 376-83, 1969-70.

²² SIPRI Yearbook, p. 381, 1969-70.

²³ Rathjens, George W. *The future of the strategic arms race. Options for the 1970's*. New York, Carnegie Endowment for International Peace, 1969. p. 44.

cias mundiais. O quadro seguinte dá idéia bastante realista da estratificação internacional, comparando o produto interno bruto dos Estados Unidos e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas com o produto bruto mundial e com as demais regiões do mundo.²⁴

Quadro 3

Produto interno bruto em 1970
(Calculado em dólares correntes)

<i>Total Mundial</i>		3 134 555 000 000
Estados Unidos	974 100 000 000	
URSS	497 000 000 000	
<i>Total das superpotências</i>		1 471 100 000 000
Europa (13 países-membros da NATO) ^a	660 100 000 000	
Europa (6 países-membros do Pacto de Varsóvia) ^b	148 600 000 000	
Outros países europeus ^c	133 800 000 000	
<i>Total da Europa</i>		942 500 000 000
Ásia (31 países do Oriente Próximo, do Extremo Oriente e da Ásia do Sul) ^d	482 621 000 000	
América Latina (23 países) ^e	142 107 000 000	
África (34 países) ^f	57 907 000 000	
Oceânia (2 países) ^g	38 320 000 000	
<i>Total do Terceiro Mundo</i>		720 955 000 000

^a Excluídos os Estados Unidos da América do Norte e o Canadá. O Produto Interno Bruto do Canadá é de US\$ 84 700 000 000.

^b Excluindo-se a União Soviética. O PIB mais elevado corresponde à República Democrática Alemã com US\$ 32 300 000 000.

^c Albânia, Áustria, Finlândia, Irlanda, Espanha, Suécia, Suíça e Iugoslávia.

^d Inclusive a China (República Popular), com o PIB de US\$ 120 000 000 000 e o Japão, PIB de US\$ 197 180 000 000.

^e Incluindo-se a Guiana, Jamaica e Trinidad-Tobago. O Brasil (PIB de US\$ 35 440 000 000) e México (PIB de US\$ 33 000 000 000) representam os índices mais elevados.

^f Inclusive a África do Sul com PIB de US\$ 16 690 000 000.

^g Austrália e Nova Zelândia. O PIB da Austrália chega a US\$ 32 990 000 000.

²⁴ United States Arms Control and Disarmament Agency (ACDA). Bureau of Economic Affairs. World military expenditures 1971. Washington, D. C., p. 22-5. 1972.

Observando-se o quadro anterior, podemos extrair as seguintes conclusões:

1. o PIB dos Estados Unidos da América do Norte é quase *duas vezes* o da União Soviética;
2. a soma do produto interno bruto dos Estados Unidos com o da União Soviética representa *mais de 45%* do PIB mundial;
3. as duas superpotências têm um PIB conjunto *duas vezes maior* que a soma dos PIBs de *todos* os países da Ásia, África, América Latina e Oceânia;
4. a América Latina representa, em termos de produto interno bruto, *apenas 10%* da soma dos produtos dos Estados Unidos e da União Soviética;
5. o produto interno bruto dos Estados Unidos é superior à soma dos PIBs de *todos* os países da Europa (Ocidental e Oriental);
6. o produto interno bruto da União Soviética é superior ao PIB de todos os países da Ásia, mesmo incluindo-se a República Popular da China e o Japão;
7. o PIB da União Soviética é duas vezes maior que a soma dos da América Latina, África e Oceânia;
8. a soma dos PIBs das cinco grandes potências situadas abaixo das duas grandes potências, em ordem decrescente, é inferior ao PIB dos Estados Unidos da América do Norte, conforme demonstra o quadro que se segue:

Quadro 4

<i>Produto interno bruto em 1970</i> (Calculado em dólares correntes)	
<hr/>	
Japão	197 180 000 000
República Federal da Alemanha	186 300 000 000
França	147 500 000 000
Grã-Bretanha	121 000 000 000
República Popular da China	120 000 000 000
<hr/>	
Total	771 980 000 000

9. o produto interno bruto da União Soviética é superior à soma dos PIBs do Japão, República Popular da China e França e também superior à soma dos PIBs da República Federal da Alemanha, Grã-Bretanha e França;

10. a estratificação internacional de acordo com o produto interno bruto pode ser representada da seguinte forma:

Dos 126 países cujo produto interno bruto foi registrado no estudo citado anteriormente, 90 países, ou seja, 71% do total dos estudados apresentam um produto interno bruto inferior a 10 000 milhões de dólares.

Quadro 5

Estratificação internacional pelo produto interno bruto

(Calculado em dólares de 1970)

PIB em bilhões de dólares	Nº de países
+ de 900 000	1
+ de 400 000	1
+ de 100 000 e — de 200 000	5
+ de 50 000 e — de 100 000	3
+ de 20 000 e — de 50 000	14
+ de 10 000 e — de 20 000	1
+ de 1 000 e — de 10 000	47
+ de 1 000	43
Total	125

Complementa esta visão da estratificação do poder o estudo das grandes empresas transnacionais (corporações multinacionais), cujas vendas brutas anuais são muitas vezes superiores ao produto interno bruto de muitos dos estados juridicamente independentes. Nos Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, têm-se registro de 140 empresas transnacionais cujas vendas anuais brutas superam um bilhão de dólares.²⁵

Um quadro semelhante ao anterior, com relação às empresas multinacionais dedicadas à indústria, apresenta os seguintes resultados:

²⁵ The *Fortune* directory of the 500 largest industrial corporations. *Fortune*, p. 220-47, May, 1973.

Quadro 6

Venda bruta anual de empresas multinacionais no setor industrial (Calculado em dólares de 1970)

Venda anual bruta em milhões de dólares	Nº de transnacionais
+ de 30 000	1
+ de 20 000	2
+ de 3 000 e — de 20 000	27
+ de 1 000 e — de 3 000	110
Total	140

O total das vendas anuais brutas das 140 empresas transnacionais que compõem o “Clube do Bilhão” chega a cerca de 380 000 milhões de dólares, o que representa uma quantia superior ao PIB de todos os países do mundo, exceto dos Estados Unidos da América do Norte e da União Soviética.

Em uma classificação dos países e das grandes empresas, em função do PIB e das vendas brutas anuais, a General Motors aparece no 23º lugar, imediatamente após a República Argentina. Este estudo foi feito com base nos dados correspondentes a 1970.²⁶ Em 1972, a General Motors ultrapassou a Argentina na comparação e alcançou o Brasil, quando chegou aos 30 435 231 000 dólares em suas vendas anuais brutas.²⁷ Esta cifra é, também, superior à soma do PIB dos seis países integrantes do Grupo Andino.

Referências às empresas transnacionais foram incluídas nesta parte do trabalho, não apenas por serem aspectos essenciais da estruturação do poder mundial contemporâneo, mas porque os acordos comerciais celebrados entre a União Soviética e os Estados Unidos da América do Norte regulam e estimulam o estabelecimento dessas empresas na União Soviética, fortalecendo, assim, o processo de concentração do poder mundial.²⁸

Para concluir, transcrevemos algumas informações comparativas, de caráter militar e econômico, sobre os 10 países que se localizam na escala superior da estratificação internacional.²⁹

²⁶ Brown, Lester R. The multinationals and the nation-state, *VISTA*, p. 16 e 50-4, June, 1973.

²⁷ Ver nota nº 25.

²⁸ Godoy, Horácio H. *La administración pública, las empresas transnacionales y el Grupo Andino*. Bogotá, ESAP, 1973 e *multinational Corporations and world development*, New York, 1973.

²⁹ United States Arms Control and Disarmament Agency (ACDA). op. cit. p. 50.

Quadro 7

Classificação dos 10 países em função do poder Econômico e Militar

	Poderio econômico		Poderio Militar	
	PIB (bilhões US\$)	Renda p/habitante (US\$)	Despesas militares (bilhões US\$)	Forças armadas (p/mil homens)
EUA	974,1 *	4 758	77,80	3 066
URSS	497,0 *	2 047	65,00	3 535
Japão	197,1	1 907	1,50	250
República Federal da Alemanha	186,3	3 006	6,20	484
França	147,5 *	2 872	6,00	506
Grã-Bretanha	121,0 *	2 168	5,90	390
República Popular da China	120,0	145	10,00	3 100
Itália	93,2	1 713	2,50	413
Canadá	84,7	3 651	1,90	—
Índia	52,9	96	1,80	1 200

* Estes quatro países mantêm contingentes e bases militares em outros países do mundo, o que produz grande efeito no planejamento estratégico e no equilíbrio militar mundial. Ver SIPRI Yearbook, 1972, p. 240/75.

3.3 As altas partes contratantes

Torna-se impossível avaliar o significado dos Acordos de Moscou e de Washington sem se ter uma idéia clara do potencial de cada uma das partes contratantes.

Na história da humanidade esta é a primeira vez em que coexistem dois superpoderes, dotados de capacidade de extermínio total e de realizar as proezas mais extraordinárias em matéria de exploração espacial. É a primeira vez que estas duas superpotências chegam a acordos cuja importância consideramos decisiva para o futuro da humanidade. Não foi em vão que superpotências responsáveis por 45% do produto mundial, 95% do poder nuclear e outro tanto do poder espacial colaboraram para este histórico passo.

Nikolai V. Podgorny, Presidente do Presidium do Soviete Supremo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, disse em Moscou, durante as cerimônias que antecederam as negociações entre seu país e os Estados Unidos que “os resultados das conversações determinarão, por muitas razões, as futuras relações entre os Estados Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Seus resultados, evidentemente, afetarão, de algum modo, o futuro desenvolvimento da situação internacional, ou orientando-a no sentido de paz mais duradoura e de maior esperança universal, ou em direção a uma tensão maior”.

O Presidente Nixon, por sua vez, disse, ao início das negociações em Moscou: “Reunimo-nos para inaugurar uma nova era nas relações de nossas grandes e poderosas nações. Nunca duas nações tiveram tão grandes compromissos nem tiveram metas mais elevadas. Sejamos dignos das esperanças do povo soviético, norte-americano e de todos os povos da Terra, ao trabalhar juntos pela meta da paz mundial.”³⁰

Que tipo de relações internacionais entre as duas superpotências revelam os Acordos de Moscou e de Washington? Qual o significado desses acordos para os Estados Unidos, para a União Soviética e para os demais países do mundo? Serão tais tratados o começo de uma nova era na história das relações internacionais e da política mundial? Ou constituiriam eles um meio para assegurar o *status quo* de países dominantes e países dominados? Estender-se-ão pelo mundo subdesenvolvido os benefícios das políticas que inspiram tais acordos entre as superpotências?

Trataremos, a seguir de responder a estas indagações.

³⁰ Servicio de Información de los Estados Unidos. *El Presidente Nixon en Moscú*. 22/30 maio 1972. p. 1-3. Resumo das declarações e os principais acordos assinados durante a visita do Presidente Nixon à União Soviética.

4. O conteúdo dos acordos entre os Estados Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

4.1 Os Acordos de Moscou (1972)

Entre 22 e 30 de maio o Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, Richard Nixon, realizou uma histórica visita à União Soviética, durante a qual foram assinados seis convênios *bilaterais* sobre: 1. proteção do ambiente; 2. ciência médica e saúde; 3. cooperação espacial; 4. ciência técnica; 5. prevenção de incidentes marítimos; 6. relações comerciais. Foram firmados, além disso, o tratado sobre a limitação dos armamentos estratégicos e um acordo provisório, e foram ainda definidos os Princípios Básicos das Relações entre os Estados Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.³¹

O quadro da página seguinte tenta resumir os aspectos mais importantes dos acordos mencionados.

4.2 Os Princípios Básicos das Relações entre os Estados Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Moscou, 1972)

Um dos documentos mais interessantes assinados na reunião de Moscou é o que se refere aos “princípios básicos” que orientarão as relações entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Estes princípios têm como propósito fundamental “fazer todo o esforço para eliminar a ameaça de guerra e criar condições que propiciem a redução das tensões mundiais e o fortalecimento da segurança universal e da cooperação internacional”.

Os doze princípios podem ser resumidos em seis tópicos ou áreas principais: Um *princípio geral* que resulta do reconhecimento explícito das novas exigências impostas pela *era nuclear*: “na era nuclear não há outras alternativas (para os Estados Unidos e a União Soviética) senão conduzir suas relações mútuas com base na *coexistência pacífica*”. Afirma, peremptoriamente, que “as diferenças de ideologia e de sistemas sociais existentes entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas não constituem obstáculo à ajuda bilateral através de relações normais baseadas nos princípios de soberania, igualdade, não inter-

³¹ Para elaboração desta parte do trabalho foram consultadas as documentações oficiais das reuniões publicadas pelo Serviço de Informação dos Estados Unidos, pelo Editorial da Agência de Notícias Nóvosti, de Moscou; a publicação citada na nota 30; e a publicação da Agência Nóvosti URSS: *El programa de paz en acción*. O autor agradece às embaixadas dos Estados Unidos e da União Soviética na Colômbia por lhe terem cedido essa valiosa documentação.

UM LIVRO SOBRE ARTE QUE É EM SI MESMO UMA OBRA DE ARTE

Editado pela Unesco, **Les arts et la vie — place et rôle des arts dans la société** tem como autores Herbert Read, Kamaladevi Chattopadhyay, Pier Luigi Nervi, Basilio Uribe, Richar Buckminster Fuller, André Maurois, William W. Melnitz, Grigory Kozintsev, Yehudi Menuhin, algumas das autoridades mais respeitadas do mundo contemporâneo em assuntos artísticos. Eles analisam nessas páginas os domínios da arte que lhes são mais familiares e mostram, por meio do texto e da imagem, como a arte sob suas diversas formas e em suas diversas manifestações simboliza o espírito do homem e ajuda-o a atingir seus objetivos. Descreve-se, também, de maneira facilmente inteligível, as múltiplas funções da arte, levando-se em conta, para explicá-las, diferentes disciplinas, profissões, tradições e formas estéticas que se sucederam ao longo da História.

Paralelamente às formas consagradas, estudaram-se formas e domínios da arte que são relativamente menos conhecidos e compreendidos, como o **desenho industrial** e as novas produções artísticas dos meios de informação, a fim de saber em que enriquecem a vida cotidiana de todos os homens.

Graficamente belíssimo, contando com inúmeras ilustrações coloridas, o livro se constitui em verdadeira obra de arte em si mesmo.

À venda nas livrarias da Fundação Getúlio Vargas, representante da Unesco no Brasil.

Quadro 8

Os Acordos de Moscou (1972)

Áreas	Objetivos	Atividades	Mecanismos	Prazos
I. Proteção do meio	Promover cooperação EUA-URSS. Encontrar soluções para evitar contaminação da atmosfera, da água, da produção agrícola, do meio urbano, do mar; consequências biológicas e genéticas; clima; predição de terremotos; sistemas ecológicos do Ártico e do Antártico.	Intercâmbio científico de informações e documentação, execução de programas e projetos conjuntos de ciências básicas e aplicadas.	Comitê conjunto para cooperação na área de proteção ao meio.	5 anos prorrogáveis
II. Ciência médica e saúde	Luta contra as enfermidades mais difundidas e graves.	Intercâmbio científico. Programas coordenados de pesquisa científica. Apoio à OMS.	Comitê conjunto para cooperação no setor saúde.	5 anos prorrogáveis
III. Cooperação espacial	Desenvolver a cooperação em: meteorologia espacial; ambiente natural; exploração espacial da Terra, da Lua, e dos planetas; biologia e medicina espaciais; cooperação entre a NASA e a Academia de Ciências de Moscou.	Realização de encontros e acoplamentos de naves tripuladas e estações espaciais dos dois países; primeiro voo experimental combinado para 1975. Resolução de problemas de direito internacional, relativos à exploração e utilização do espaço sideral com fins pacíficos.	Intercâmbio de cientistas, informação e documentação. Execução de programas conjuntos.	5 anos prorrogáveis ou modificáveis através de acordo entre as partes
IV. Ciência e técnica	Criar grandes oportunidades para combinação de esforços de cientistas e especialistas	Estabelecimento de contatos e acordos entre empresas norte-americanas e soviéticas. Pesquisa, desenvolvimento e experiências conjuntas.	Comissão conjunta para a cooperação técnico-científica.	5 anos prorrogáveis mediante acordo entre as partes.
V. Prevenção de incidentes marítimos	Garantir a segurança de suas forças armadas em alto-mar e a segurança de voo de seus aviões militares no céu de alto-mar.	Permanecer à distância para evitar risco de colisão. Regulamentação de manobras; proibição de simulação de ataques; intercâmbio de informações. Uso de sinais convencionais.	Comitê especial.	3 anos prorrogáveis.

Áreas	Objetivos	Atividades	Mecanismos	Prazo
VI. Comissão comercial norte-americano-soviética	Negociar convênio comercial total que inclui a cláusula da nação mais favorecida ; medidas para disponibilidade recíproca de créditos governamentais. Sistemas que fomentem o comércio recíproco; convênio sobre arbitragem.	Participação soviético-norte-americana no desenvolvimento das riquezas, produtos industrializados e venda de matérias-primas. Sessões, alternadas entre Moscou e Washington, desde julho de 1972.	Comissão comercial conjunta	Sem prazo
VII. Limitação de formas estratégicas (tratado)	Limitar sistemas de projéteis antibalísticos (ABM).	Autorização para uso de 100 lançadores ABM e 100 projéteis interceptores ABM dentro de um raio de 150km da capital nacional; além disso, 100 projéteis interceptores ABM; dois grandes radares ABM e não mais de 18 de menor potência que os anteriores, dentro de uma área de lançamento e com silos lançadores de ICBM. Os ABM que venham a exceder tal quantidade serão desarmados ou destruídos. Medos técnicos de verificação.	Comissão consultiva permanente. Sujeitos a ratificação, segundo procedimentos constitucionais.	Ilimitado
VIII. Limitação de armas ofensivas estratégicas (acordo provisório)	Não iniciar a construção de novas bases terrestres para lançamento de projéteis balísticos intercontinentais ICBM.	Medos técnicos de verificação. Limitação de lançadores de projéteis balísticos em submarinos e de submarinos (protocolo ao acordo provisório).	Comissão consultiva permanente (estabelecida pelo tratado)	5 anos

venção em assuntos internos e benefício mútuo" (primeiro princípio).

Princípios que se referem à *paz mundial*, entendida como a ausência de confrontações militares e prevenção da guerra nuclear. O segundo e terceiro princípios se referem a estes temas, mencionando expressamente a responsabilidade conjunta das superpotências para com os demais países-membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Neste mesmo tópico, o sexto princípio trata da limitação de armamentos, a começar pelas armas estratégicas até o desarmamento geral e total e, especialmente, o "estabelecimento de um sistema efetivo de segurança internacional de acordo com os propósitos e os princípios das Nações Unidas".

Princípios que se referem às *bases jurídicas e institucionais*. O quarto princípio diz que os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas "pretendem ampliar a base jurídica de suas relações mútuas" e o décimo princípio refere-se à necessidade de assentar seus vínculos e acordos de cooperação "sobre bases firmes e duradouras", para o que se propõe a criação de "comissões ou outros colegiados mistos". Para fortalecer as instituições jurídicas e o funcionamento das comissões mistas, o quinto princípio estimula o *intercâmbio de idéias* em todos os níveis.

Princípios que regulam as *relações econômicas e comerciais*. As relações econômicas e comerciais são consideradas como "importantes e necessárias" para o fortalecimento do relacionamento bilateral. Por esse motivo, será fomentada e facilitada a "cooperação entre as principais organizações e empresas, dos dois países, através de assinatura de convênios e contratos adequados, inclusive de longa duração".

O sétimo princípio confirma o que foi regulamentado através do Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e da Técnica, que acabava de ser assinado por ocasião das reuniões de Moscou. O artigo 3, letra f, diz, textualmente: "prestação pelas partes de ajuda apropriada para o estabelecimento de contatos e acordos entre *empresas norte-americanas e soviéticas* onde exista um interesse comum"; e o artigo 4 dispõe que, de conformidade com os objetivos estabelecidos no Convênio de Cooperação em Ciência e Tecnologia, as partes "fortalecerão e facilitarão o estabelecimento e o desenvolvimento de contatos e de cooperação diretos entre *órgãos, organizações e empresas* de ambos os países... assim como a conclusão dos acordos correspondentes, de execução de atividades particulares dentro do presente convênio". Esta é a versão norte-americana. Na versão russa este parágrafo apresenta-se da seguinte forma: "assim como a conclusão dos correspondentes acordos de trabalho para *atividades conjuntas* a serem realizadas dentro do presente convênio". Por que estas diferenças concei-

tuais? Trata-se de simples erro de tradução? Ou seria diferença de ênfase no que, para os Estados Unidos, são atividades *particulares*, isto é, suas empresas *privadas*, enquanto que para a União Soviética são apenas atividades *conjuntas* entre suas “organizações e agências” e as empresas norte-americanas? O parágrafo 2º do art. 4º do Convênio de Cooperação em Ciências e Tecnologia dispõe que “os acordos entre agências, organizações e empresas serão concluídos de acordo com as leis de ambas as nações”. Foi aí introduzida com mais clareza a noção de *empresa* (empresa privada norte-americana), que é sinônimo de *firma*. Cada organização, agência ou empresa que participe do acordo de execução conjunta custeará os gastos de sua participação e de seu pessoal, a não ser que outra orientação seja estabelecida nos acordos (artigo 5º).

Uma Comissão Mista Norte-americano-Soviética para a Cooperação Científica e Tecnológica terá a seu cargo a consideração das propostas para o desenvolvimento da cooperação “em terrenos específicos”; a preparação de sugestões e recomendações pertinentes às duas partes; a determinação e a aprovação das medidas e programas para a execução do presente convênio; e “a designação, como é de praxe das agências, organizações ou *empresas* responsáveis pelo desempenho de atividades de cooperação, com o objetivo de garantir a execução adequada”. O cumprimento deste convênio é garantido através do Escritório de Ciência e Tecnologia do Departamento Executivo da Presidência dos Estados Unidos e do Comitê Estatal do Conselho Soviético de Ministros para a Ciência e a Tecnologia da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (art. 7º, nº 3).

Achamos conveniente transcrever com mais detalhes as disposições do Convênio de Cooperação em Ciência e Tecnologia porque é o documento no qual são regulamentadas, com maior clareza, as relações entre as “organizações e agências” da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e as firmas ou empresas privadas norte-americanas. É interessante destacar que o caminho pelo qual se regulamentam essas importantes relações entre as duas superpotências é o da cooperação técnico-científica, isto é, o da transferência da tecnologia a fim de aplicá-la aos mais diversos setores de atividade ou “terrenos específicos”, conforme o art. 7º, nº 2.

Princípios que se referem à *ciência*, à *tecnologia* e à *cultura*. O oitavo princípio considera “oportuno e conveniente” estimular os contatos e a cooperação mútua nos campos da ciência e da tecnologia dizendo, com certa ingenuidade, que “quando for adequado, os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas concluirão convênios apropriados sobre cooperação concreta nestas áreas”. Este parágrafo é surpreendente por dois motivos: em primeiro lugar, pela debilidade de suas expressões

em um setor de atividade que parece ser de importância primordial na era nuclear. Considera o estímulo à cooperação mútua nesse setor apenas “oportuno e conveniente”. Os princípios que se referem ao setor econômico e comercial consideram-no “importante e necessário”.

Em segundo lugar, é surpreendente que se diga que “os convênios de cooperação concreta nessas áreas serão assinados quando for oportuno”, deixando de considerar o detalhado Convênio de Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia, assinado cinco dias antes do estabelecimento dos princípios básicos. Este fato valida a interpretação do Convênio de Cooperação em Ciência e Tecnologia como um convênio orientado *principalmente* à regulamentação das relações “organizações e agências” oficiais soviéticas com as firmas ou empresas privadas norte-americanas, no campo da *transferência* ou *comercialização* da tecnologia.

O contexto mundial dos acordos está contemplado nos princípios 11 e 12, ambos de importância extraordinária como instrumentos de análise da realidade mundial contemporânea. O 11º princípio diz: “Os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas não chamam a si nenhum tipo de direito ou vantagem especial nos assuntos mundiais, nem reconhecerão as pretensões de qualquer outro país a tais vantagens ou direitos. Ambos reconhecem a igualdade soberana de todas as nações. O desenvolvimento das relações entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas *não é dirigido contra outros países ou seus interesses*”.

Este princípio apresenta três aspectos principais: a) a manifestação oficial dos Estados Unidos e das Repúblicas Socialistas Soviéticas de que não reclamam qualquer direito ou vantagem em assuntos mundiais; b) a afirmação de que não reconhecerão as pretensões que outros países tenham nesse sentido; c) a declaração formal de que a política de relações entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas não se dirige contra terceiros países ou seus interesses.

Os aspectos mencionados nas letras *a* e *b* são uma redundância dos princípios do direito internacional e da Carta das Nações Unidas (que não foi considerada), ou uma maneira muito elementar de acalmar as preocupações dos 140 “terceiros países” com relação aos acordos das duas superpotências. Quanto à declaração sobre o sentido da política de relações entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — afirmando que não é dirigida contra *terceiros países* — aparece como uma preocupação constante dos dirigentes soviéticos. No terceiro considerando dos Princípios Básicos afirma-se que “o melhoramento das relações entre os dois países, assim como seu desenvolvimento benéfico para ambos em campos como a economia, a ciência e a cultura, servirão para alcançar essas metas e contribuirão

para um melhor entendimento mútuo e para uma melhor cooperação de tipo comercial, *sem prejudicar, de maneira alguma, os interesses dos terceiros países*".

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi terminante em suas expressões sobre o alcance dos acordos com relação a outros países. "A União Soviética acha possível e desejável o estabelecimento de relações, não apenas boas mas amistosas, entre a URSS e os EUA, *sempre que não sejam em detrimento de outras nações ou de outros povos*" foram as palavras de Nikolai V. Podgorny, na abertura das reuniões de Moscou. "De pouco serviriam as decisões sobre as quais concordamos ou poderíamos concordar se estas se opusessem aos interesses legítimos de outras nações, interesses quanto à sua segurança e independência. Não nos reunimos com o Sr. Presidente dos Estados Unidos em uma mesa de conferências para decidir por outros povos e nações", disse Alexei N. Kosygin, ao encerrar as reuniões de Moscou.

Ainda que tenhamos que interpretar essas declarações em função do comportamento efetivo das duas superpotências, não se pode duvidar da importância fundamental que sua declaração, quanto à defesa dos interesses dos demais países, tem para o estabelecimento das bases de uma efetiva e mais ampla participação na construção da ordem mundial do século XXI.

4.3 *O Acordo Comercial entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos, assinado em outubro de 1972*

Um dos acordos assinados em Moscou refere-se à necessidade de regulamentar as relações comerciais entre as superpotências. Em um comunicado conjunto de 26 de maio de 1972, os dirigentes soviéticos e norte-americanos concordaram em estabelecer uma Comissão Comercial Norte-americano-Soviética, que teria por objetivos, entre outros, negociar "um convênio comercial global que inclui o tratamento recíproco de nação mais favorecida" (NMF).

Em outubro de 1972 as duas superpotências assinaram o Acordo Comercial, estabelecendo-se, assim, as bases para um intenso e variado intercâmbio entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Como parte do acordo, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas concordou em pagar aos Estados Unidos a dívida proveniente de empréstimos e arrendamentos da II Guerra Mundial no valor de 722 milhões de dólares. A forma de pagamento combinada permitirá à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas completar o pagamento de sua dívida no ano 2001.³²

³² *Time*, p. 43, Oct. 10, 1972.

O acordo comercial estabelece a cláusula recíproca da Nação Mais Favorecida (NMF), que deverá ser aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos. A aprovação dessa cláusula depende da resolução que o Senado norte-americano venha a tomar com relação à emenda, apresentada pelo Senador Jackson, no sentido de não incluir o benefício de nação mais favorecida nas relações comerciais com a União Soviética enquanto nesse país se mantiver o regime que proíbe a imigração de judeus.³³

O acordo contempla, também, a concessão de créditos comerciais e a construção de um edifício adequado para alojar os membros permanentes ou visitantes de grupos de comerciantes, em Washington e Moscou.

Esse acordo comercial constitui a base para um plano de grande expansão do comércio entre a União Soviética e os Estados Unidos que, atualmente, chega a apenas uns 200 milhões de dólares. Segundo declarações de dirigentes soviéticos e norte-americanos a idéia é fazer o intercâmbio atingir 2 ou 3 bilhões de dólares, até o final da década. Leonid I. Brejnev chegou a falar que seriam atingidos os 250 bilhões de dólares de intercâmbio comercial nos próximos 20 anos.³⁴

4.4 Os Acordos de Washington (1973)

De 18 a 25 de junho de 1973 o Secretário-Geral do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, Leonid I. Brejnev, visitou os Estados Unidos e assinou diversos acordos com o Presi-

³³ What's price the Jackson amendment. *Time*, p. 35-6, Oct. 1, 1973. Esta proposta do Senador Jackson conta também com o apoio de uma das figuras mais controvertidas da União Soviética: o sábio físico nuclear Andrei Sakharov, que sustenta que "há dezenas de milhares de cidadãos que desejam sair da União Soviética... Sabem vocês que as prisões, os campos de concentração e os sanatórios para doentes mentais estão repletos de pessoas que tentaram exercer esse direito legítimo? Apelo ao Congresso dos Estados Unidos para que apoie a emenda Jackson". Estes são os termos de uma carta enviada por Andrei Sakharov ao Congresso dos Estados Unidos, segundo a versão do *Time*.

³⁴ And now, Moscow's dollar diplomat. *Time*, p. 6-13, June 25, 1973. Afirma o editorial do *Time* que possivelmente se trata de "uma era de distensão que evolui em direção a uma época de diplomacia comercialmente orientada pelo dólar e pelo rublo". p. 6. "A soma de 250 bilhões de dólares parece pouco realista. Em 1972 o comércio entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas chegou a 642,1 milhões de dólares, mas se deveu principalmente às vendas de cereais dos Estados Unidos à União Soviética. Uma comissão do Congresso dos Estados Unidos calculou que o comércio soviético-norte-americano chegará a 5 bilhões de dólares anuais até o fim da década. Para dar uma idéia aproximada do valor relativo dessas estimativas, deve-se ter em mente que o comércio dos Estados Unidos com a Europa Ocidental foi a 30 bilhões em 1972 e com o Japão chegou a 14 bilhões", p. 10.

dente Richard Nixon sobre as seguintes matérias:³⁵ 1. agricultura; 2. pesquisa oceanográfica mundial; 3. transportes; 4. contatos, intercâmbio e colaboração entre URSS e os EUA; 5. tributação; 6. energia atômica com fins pacíficos; 7. armamentos estratégicos ofensivos; 8. prevenção da guerra nuclear; 9. representações comerciais da URSS em Washington e dos EUA em Moscou; 10. Câmara de Comércio Norte-americano-Soviético.

Os Acordos de Washington constituem ampliação das áreas consideradas pelos convênios de Moscou, ou introdução de novas áreas. Em todo caso, deve-se salientar que, um ano após as reuniões de Moscou, em maio de 1972, os líderes máximos das superpotências voltam a reunir-se — desta vez em Washington — e ao assinar um conjunto de novos acordos ratificam o espírito de colaboração, de fortalecimento e expansão das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética. Este espírito ficou claramente expresso no Comunicado Conjunto Soviético-Norte-americano publicado quando do encerramento das reuniões de Washington. Nesse comunicado se reconhece que “o processo de reestruturação das relações soviético-norte-americanas... transcorre com êxito”.³⁶

As reuniões de Washington incluem dois acontecimentos especialmente significativos: a entrevista do Secretário-Geral, Leonid I. Brejnev, com os membros da Comissão do Senado para Negócios Exteriores, do Congresso dos Estados Unidos, no dia 19 de junho de 1973, e a entrevista com os representantes do setor empresarial norte-americano, em 22 de junho. No capítulo correspondente às interpretações dos Acordos de Moscou e de Washington foram analisadas as manifestações do Secretário-Geral Leonid I. Brejnev. Basta registrar aqui o contato oficial do dirigente soviético com a Comissão de Relações Exteriores do Senado Americano, um dos mais fortes centros de poder para a definição das relações exteriores dos Estados Unidos, especialmente importante para a ratificação de alguns tratados da URSS e dos EUA como, por exemplo, o que se refere à limitação dos armamentos estratégicos e à convenção sobre questões de tributação.

A reunião dos representantes do setor empresarial pode ser considerada como das mais proveitosas, não só pelo tipo de encontro e seu inegável efeito de demonstração para outras áreas do mundo, como também pela forma franca e magistral com que o Se-

³⁵ Para esta parte do trabalho foram revistos os seguintes documentos: *Conversaciones URSS-EE.UU. Documentos. Junio, 1973*. Editorial de la Agencia de Prensa Nóvosti, Moscú, 1973; *The Washington summit: General Secretary Brézhnev's visit to the United States*, June 18-25, 1973. Department of State Publication 8733, Office of Media Services. Bureau of Public Affairs, Aug. 1973. Ver ainda a nota n. 30.

³⁶ *Conversaciones URSS-EE.UU. Documentos. Junio 73*. Editorial de la Agencia de Prensa Nóvosti, Moscú, 1973. p. 6.

cretário-Geral, Leonid I. Brejnev, tratou o tema da colaboração da empresa privada norte-americana com as organizações e agências especializadas da União Soviética. Ao referir-se às relações econômicas entre a URSS e os EUA, disse: "Criticamos com aspereza muitos de nossos departamentos que se ocupam de tais assuntos pela limitação do conjunto de suas atividades, por sua timidez, por suas noções ultrapassadas, pelas deficiências de seu trabalho. Porém, com a mesma franqueza, queria criticar aqui, frente a frente, os empresários norte-americanos — a quem, desde os tempos de Lenine consideramos, precisamente por sua diligência. Criticá-los porque, em certas ocasiões, não revelam a audácia necessária, não operam na escala adequada e vivem prisioneiros de noções antiquadas." ³⁷

Para dar uma idéia panorâmica dos acordos assinados em Washington, transcrevemos os quadros sintéticos especificando sua área, objetivos, suas atividades, seus mecanismos e seus prazos.

As reuniões de Washington representam um progresso extraordinário no chamado processo de reconstrução das relações entre a União Soviética e os Estados Unidos, não só pela quantidade de acordos — 18 convênios, tratados e protocolos — como também pela vinculação direta do governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas à empresa transnacional privada de origem norte-americana. Na entrevista de Leonid I. Brejnev com o grupo empresarial, estiveram presentes, entre outros, representantes das seguintes firmas:

Bank of America
First National City Bank
Chase Manhattan Bank
General Motors Corporation
General Electric Company
US Steel Corporation
International Business Company
Dupont (E. I.) de Nemours and Company
EXXON
El Paso Natural Gas Company
Occidental Petroleum Corporation
Swindell Dressel Company
Boeing Company
Pepsico Incorporated

³⁷ Brejnev, Leonid I. Entrevistas de Leonid I. Brejnev con los representantes del mundo de los negocios, 22 jun. 1973. In: *Nuestro rumbo: la paz y el socialismo*. Moscú, 1973. Parte II, p. 16-21.

ARQUIVOS MODERNOS — Princípios e Técnicas

T. R. Schellenberg

Os responsáveis pelo planejamento e execução de novos programas de organização de arquivos em países novos têm-se ressentido da falta de trabalhos autorizados que se ocupem dos documentos modernos bem como de problemas agravados por tais documentos. A alta qualidade e autoridade dos trabalhos ingleses, e europeus de um modo geral, dedicados principalmente a documentos antigos têm tolhido o estudo e a experiência necessários ao controle de documentos modernos de países mais novos. Apesar disso, há indícios de que alguns países mais novos estão de fato invadindo este novo terreno. A obra do Dr. Schellenberg é, por conseguinte, bem-vinda e muito oportuna. Sem esquecer os aspectos tradicionais da administração de arquivos, dedica especial atenção aos novos problemas com que se deparam os arquivistas.

A venda nas livrarias. Pedidos à Fundação Getúlio Vargas, Praia de Botafogo, 188 - C.P. 21.120, ZC-05 - Rio de Janeiro, RJ.

Quadro 9

Acordos de Washington — 1973

Áreas	Objetivos	Atividades	Mecanismos	Prazo
I. Agricultura	Previsão da produção, consumo, demanda e comércio. Prognóstico da produção, demanda e consumo; botânica, pecuária, avicultura, agrologia; mecanização, fertilizantes, transformação, armazenagem, conservação, solo, métodos matemáticos, computadores eletrônicos, grandes empresas agropecuárias.	Intercâmbio de informação científica; colaboração entre órgãos governamentais e não-governamentais.	Comissão mista.	5 anos prorrogáveis automaticamente, salvo orientação expressa em contrário.
II. Oceanos	Pesquisas conjuntas em: interação oceano-atmosfera, em grande escala; correntes oceânicas, em escala planetária; geoquímica e hidroquímica dos oceanos; pesquisas geológicas e geofísicas; produtividade biológica; equipamento e métodos oceanográficos.	Intercâmbio de informação científica; colaboração entre agências e empresas.	Comissão mista.	5 anos prorrogáveis.
III. Transporte	Colaboração na construção de pontes e túneis; transporte ferroviário, aviação civil; transportes marítimo e rodoviário.	Intercâmbio de informação científica, projetos de programas conjuntos. Colaboração entre agências e empresas.	Comissão mista.	5 anos prorrogáveis
IV. Contatos, intercâmbio, colaboração	Acordo geral sobre meio ambiente; ciência médica e saúde; espaço cósmico; ciência e técnica; agricultura; oceanos; transporte (acordos espaciais); ensino; arte interpretativa; indústria cinematográfica; rádio e televisão; livros; revistas; jornais; exposições; atividades civis e sociais; desportos, turismo.	Programa de intercâmbio 1974/1976. (Protocolo) 40 pós-graduados 30 pedagogos 10 catedráticos 10 grandes conjuntos de arte interpretativa 35 solistas		Dezembro de 1979, prorrogável.
V. Tributação	Evitar a bitributação. Estabelecer isenções especiais para funcionários públicos, participantes de programas de colaboração interestatal, professores e cientistas, estudantes, estagiários e especialistas; outras isenções.	Necessita ratificação.	Ministério das Finanças, URSS; Secretaria do Tesouro, EUA.	3 anos

Áreas	Objetivos	Atividades	Mecanismos	Prazo
VI. Energia nuclear para fins pacíficos	Desenvolvimento de novas fontes de energia.	3 setores: a) fusão termonuclear controlada; b) reatores regeneradores de nêutrons rápidos; c) pesquisas sobre propriedades fundamentais da matéria. Intercâmbio de informações; reuniões científicas; projetos e programas conjuntos.	Comissão mista	10 anos prorrogáveis.
VII. Armas estratégicos ofensivos	Estabelecer princípios básicos.	Adoção de medidas complementares do acordo provisório de maio de 1972.		
VIII. Prevenção da guerra nuclear	Afastar o perigo da guerra nuclear e o emprego de armas nucleares.	Abstenção do uso e da ameaça de uso da força nuclear contra a outra parte, seus aliados ou outros países.	Consulta	Ilimitado.
IX. Representações comerciais (Protocolo ao Acordo Comercial URSS-EUA de outubro de 1972)	Instalação dos escritórios comerciais em Moscou e Washington.	Autorização do governo da URSS para que se instalem em Moscou 14 grandes empresas privadas norte-americanas.		
X. Câmara de comércio	Explorar a conveniência de instituir uma câmara de comércio soviético-norte-americana.	Abertura de escritórios comerciais em 31 de outubro de 1973. Reuniões com representantes dos setores comercial e financeiro para discutir a conveniência de se instituir a câmara de comércio soviético-norte-americana pelo setor privado dos Estados Unidos.		

Nessa entrevista, Leonid I. Brejnev salientou que “seria anormal se subscrevêssemos um acordo referente à articulação de nossas relações dentro dos princípios da coexistência pacífica sem fortalecer também o comércio e os vínculos econômicos de nossos países”.³⁸

Nessa ocasião, o representante soviético ressaltou os prejuízos causados pela guerra-fria e a disposição do governo da União Soviética de pôr um fim nesse passado “tanto na *política* como na *economia*”.³⁹

Ressaltou também Leonid I. Brejnev que ambos os representantes das superpotências concordaram em “dar novo impulso e apoiar ao máximo os meios empresariais norte-americanos e os correspondentes departamentos e organizações da União Soviética em seus esforços para abrir um novo e auspicioso caminho à colaboração e comércio mutuamente benéficos”.⁴⁰

Pode-se dizer que, se os acordos de Moscou enfatizaram os problemas da paz e da limitação dos armamentos estratégicos de-

Quadro 10

Empresas Norte-americanas autorizadas a operar na URSS

Empresas transnacionais	Venda anual bruta (1 000 dólares - 1972)	Subsidiária
Pullman Inc.	758 000	—
Occidental Petroleum	2 487 247	21
The Chase Manhattan Bank	30 703 610 (Ativo)	—
General Electric Co.	10 239 500	32
International Harvester Co.	3 493 274	20
Caterpillar Tractor Co.	2 602 178	12
Hewlett-Packard Co.	479 000	—
Engelhard Minerals and Chemicals Corp.	—	—
The Bank of America	40 888 450 (Ativo)	—
The First National City Bank	34 386 128 (Ativo)	—

³⁸ Brejnev. op. cit. p. 17.

³⁹ Brejnev. op. cit. p. 19.

⁴⁰ Brejnev. op. cit. p. 20.

fensivos (ABMs), os acordos de Washington deram ênfase aos aspectos comerciais. Em outubro de 1972 os Estados Unidos e a União Soviética assinaram o acordo comercial, com base no qual o governo da União Soviética autorizou a instalação, em Moscou, de representações das empresas norte-americanas relacionadas no Quadro 10.⁴¹

Na data da assinatura dos Acordos de Washington as autoridades soviéticas examinavam o pedido de outras empresas norte-americanas para instalar-se na União Soviética.

5. O significado dos acordos

5.1 A interpretação das partes

Os Acordos de Moscou e de Washington podem ser avaliados em função de vários critérios:

- a) pela matéria, ou seja, por seu conteúdo (armas estratégicas ciência e tecnologia);
- b) por seu volume, ou seja, pela magnitude das atividades por eles reguladas; por exemplo, o montante provável do intercâmbio comercial;
- c) pelo prazo estabelecido e a forma de regulamentar sua prorrogação ou suspensão (5 ou 10 anos, ou indefinido);
- d) por seu significado econômico dentro de cada país signatário (cereais para a União Soviética e gás natural para os Estados Unidos);
- e) por seus efeitos nas relações recíprocas entre as partes (limitação de armamentos estratégicos);
- f) por seus efeitos nas relações com outros países (prevenção de guerra nuclear).

As partes contratantes não pouparam palavras elogiosas sobre o significado dos acordos. No Comunicado Conjunto dos Estados

⁴¹ Os dados apresentados no quadro foram extraídos das seguintes fontes:

1. os nomes das dez empresas instaladas em Moscou: Protocolo acerca de la URSS en Washington y de una oficina comercial de los EE.UU. en Moscú. 22 de junio, 1973. In: *Conversaciones URSS-EE.UU. Documentos, junio, 1973*. A. P. Nóvosti, p. 70-1.

2. As vendas anuais brutas de empresas transnacionais que se instalam em Moscou: The Fortune directory of the 500 largest industrial corporations. *Fortune*, p. 220-49, May, 1973.

3. O ativo dos três maiores bancos do mundo: The Fortune directory of the 50 largest commercial banking companies. *Fortune* p. 120-3, July, 1973. Ver ainda Godoy, Horácio H. *La administración pública, las empresas transnacionales y el Grupo Andino*. Bogotá, ESAP, 1973. p. 19-38.

Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, publicado ao final da visita do Presidente Nixon à União Soviética, em 29 de maio de 1972, foram destacados dois aspectos das negociações em Moscou: a primeira parte, refere-se às relações bilaterais entre os dois países; a segunda parte trata da situação internacional.

Quanto às relações bilaterais — que destacaremos nesta parte do trabalho — as superpotências dão a máxima importância aos Princípios Básicos das Relações Mútuas entre EUA e URSS. Estes princípios e o conjunto dos Acordos de Moscou constituem o que o Presidente Nixon chamou de “alicerces de uma nova relação entre as duas nações mais poderosas da Terra”.⁴²

Estes princípios básicos “criam as premissas jurídico-internacionais para que as relações e a colaboração entre ambos os países em todos os campos de interesse mútuo se assentem numa base sólida e duradoura sem detrimento algum para outras nações. A aplicação destes princípios na praxe política das duas nações concorrerá para a contínua normalização das relações soviético-norte-americanas e para o saneamento da situação internacional”.⁴³

“Com base nos princípios enunciados a URSS estima que na reunião de Moscou tenha sido concluído um número importante de convênios que “correspondem aos interesses de ambos os estados, às necessidades vitais da humanidade e servem totalmente a fins pacíficos.”⁴⁴

São, porém, dois os aspectos mais destacados pelos porta-vozes das superpotências: o tratado sobre limitação dos armamentos estratégicos às negociações sobre o comércio soviético-norte-americano.

Com relação à limitação dos armamentos estratégicos, o Presidente Richard Nixon informou ao Congresso dos Estados Unidos que em Moscou se havia chegado “ao princípio do fim” da era da corrida armamentista, criadora do perigo de uma guerra nuclear: “demos o primeiro passo em direção a uma nova era de restrição mutuamente conveniente e de limitação de armas entre as duas principais potências nucleares.”⁴⁵

Mais adiante acrescentou algo de importância fundamental para a interpretação dos Acordos de Moscou: “Do ponto de vista dos

⁴² Servicio de Información de los Estados Unidos. *El Presidente Nixon en Moscú*. 1972. p. 29.

⁴³ Comité Central del Partido Comunista de la URSS, el Presidium del Soviet Supremo de la URSS y el Consejo de Ministros de la URSS. Sobre los resultados de las negociaciones soviético-norteamericanas. In: *URSS: el programa de paz en acción*, A. P. Nóvosti. p. 39-40.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ Servicio de Información de los Estados Unidos. Informe al Congreso. In: *El Presidente Nixon en Moscú*, 1972. p. 31.

Estados Unidos, considerando o que teria sido o equilíbrio estratégico no fim desta década se não tivéssemos chegado a um acordo sobre a limitação de armas, torna-se claro que os convênios impedem um considerável desenvolvimeto da corrida armamentista, o que poderia vir a atuar em nosso prejuízo, já que não temos atualmente nenhum programa de construção para a categoria de armas congeladas e já que nenhum novo programa de construção poderia produzir novas armas dessa categoria durante o período de congelamento.”⁴⁶

Apesar da tradução deficiente do parágrafo transcrito, fica claro que a limitação de armamento estratégico chegou, para os Estados Unidos, em um momento muito oportuno.⁴⁷

As autoridades soviéticas, por sua vez, expressaram-se sobre o assunto do seguinte modo: “a assinatura do Tratado entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos sobre a limitação dos sistemas de defesa antifoguetes e do Convênio Provisório sobre algumas medidas no terreno da limitação dos armamentos estratégicos ofensivos, é um importantíssimo instrumento que contribui para atenuar o perigo da guerra nuclear, para frear a corrida armamentista e abre perspectivas para chegar ao desarmamento completo. Responde aos interesses dos povos soviético e norte-americano e de toda a humanidade.”⁴⁸

Quanto às negociações comerciais, as autoridades soviéticas expressaram que “a União Soviética se manifesta pelo desenvolvimento favorável de amplas relações comerciais e econômicas com os Estados Unidos, entendendo que nesse terreno possam ser encontradas soluções mutuamente vantajosas”.⁴⁹

O Presidente Nixon, por sua vez, afirmava em sua mensagem ao Congresso que “o maior intercâmbio comercial norte-americano-soviético redundará igualmente em vantagens para as nossas duas nações. Quando os dois sistemas econômicos mais importantes do mundo começarem a comerciar entre si em escala muito mais considerável, os níveis de vida se elevarão em ambos os países e os benefícios que ambos venham a obter na paz serão maiores”.⁵⁰

Estas são as opiniões das autoridades máximas das superpotências contratantes ao finalizar as reuniões que levaram à assinatura dos Acordos de Moscou, em 1972.

Um ano mais tarde reunir-se-iam os protagonistas desta histórica jornada, desta vez em Washington. Ao fazer avaliação do ano transcorrido, reafirmaram sua fé na reestruturação das relações

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Ibidem, p. 40.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem, p. 30.

norte-americano-soviéticas. O Secretário-Geral do Comitê Central do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas declarou aos membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos que “o ano transcorrido confirmou a exatidão dos ajustes nas relações soviético-norte-americanas traçados nos documentos assinados como resultado da entrevista com o Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, em Moscou”.⁵¹

No Comunicado Conjunto Soviético-Norte-americano publicado ao término das reuniões de Washington, em junho de 1973, os representantes da URSS e dos EUA “ressaltaram com satisfação que os resultados do encontro soviético-norte-americano celebrado em maio de 72 em Moscou mereceram a aprovação de outros estados e da opinião pública mundial, como um grande suporte ao fortalecimento da paz e da segurança internacionais, como freio à corrida armamentista e um melhoramento na cooperação prática entre estados com diferentes sistemas sociais”.⁵²

Com respeito aos Acordos de Washington mantêm-se as mesmas linhas de interpretação, com a diferença de que os países do mundo subdesenvolvido recebem, com alguma surpresa, as declarações do Secretário-Geral do Comitê Central do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre o papel das grandes empresas norte-americanas, enunciadas anteriormente, já instaladas na União Soviética.⁵³

A este respeito disse Leonid I. Brejnev que “ambas as partes devem obter benefícios sensíveis e reais do desenvolvimento e aprofundamento da colaboração econômica e, em geral, das transações a longo prazo e de grande porte, sendo que as negociações correspondentes às organizações soviéticas e às grandes firmas norte-americanas estão adiantadas ou coroadas de pleno êxito”.⁵⁴

Em outra de suas intervenções disse Leonid I. Brejnev: “naturalmente que o Presidente Nixon e eu não falamos sobre qual empresa concretamente poderia colaborar melhor com a União Soviética. Concordamos, porém, totalmente, em que ambas as partes devem dar novo impulso e aproximar-se ao máximo dos meios empresariais dos Estados Unidos e dos departamentos e organizações da União Soviética nos seus esforços para abrir um novo e amplo

⁵¹ Brejnev, Leonid I. op. cit. p. 9.

⁵² *Conversaciones URSS-EE.UU. Documentos, Junio, 1973*. Editorial de la Agencia de Prensa Nóvosti, Moscú, 1973, p. 5-6.

⁵³ Essas empresas foram mencionadas no Quadro 10. Como dado pitoresco, cumpre assinalar que os escritórios do The Chase Manhattan Bank em Moscou estão localizados na Praça Karl Marx, n. 1, como que querendo indicar simbolicamente que se instalou bem no coração de Moscou.

⁵⁴ Brejnev, Leonid I. Intervención de Leonidas I. Brejnev por la TV Norteamericana, el 24 de Junio de 1973. In: op. cit. p. 26.

caminho para a colaboração e o comércio mutuamente proveitosos.”⁵⁵

Em síntese, as altas partes contratantes, mesmo crendo que ainda haja um longo caminho a percorrer, reafirmam sua decisão de “empreender novos passos importantes a fim de que suas relações sejam, na medida do possível, as mais estáveis, e que a amizade e a colaboração entre seus povos seja um fator permanente da paz internacional”.⁵⁶

O Presidente Nixon foi convidado a visitar a União Soviética em 1974 e espera-se que os contatos “de cúpula” tenham um caráter sistemático.⁵⁷

5.2 A interpretação dos países não-alinhados

A IV Conferência de Representantes dos Países Não-Alinhados, realizada em Argel, de 5 a 9 de setembro, aprovou uma extensa declaração política⁵⁸ composta de 97 itens, dos quais os itens de 9 a 16, de 19 a 21 e 61 referem-se, de forma direta ou indireta, aos acordos entre as superpotências.

Reconhece-se, em primeiro lugar, que “o aumento da distensão Leste-Oeste e os progressos realizados com relação à conciliação, na Europa, dos problemas herdados da II Guerra Mundial, constituem um apreciável êxito das forças de paz no mundo” (item 10). Esta evolução traduziu-se na intensificação dos contatos entre os Estados Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (item 11).

Consideram os países não-alinhados que “a aproximação Leste-Oeste, as negociações de toda natureza atualmente em curso, os acordos recentemente concluídos ou por concluir, têm por objetivo essencial a instauração da cooperação no panorama de um sistema de segurança coletiva baseada nos princípios que, apesar das diferenças ideológicas, tendem a presidir as relações internacionais (item 12). Os países não alinhados “se felicitam por todos esses esforços e iniciativas, considerando-os uma etapa positiva no estabelecimento da paz” (item 13).

Reconhece-se, na citada declaração política, que “se a distensão Leste-Oeste progrediu, a confrontação dos povos com o colonialismo, a discriminação e a segregação de negros na África do Sul, a

⁵⁵ Entrevista com los representantes del mundo de los negocios de los Estados Unidos, el 22 de Junio de 1973. In: op. cit. p. 16-18.

⁵⁶ Servicio de Informacion de los Estados Unidos. *El Presidente Nixon en Moscú*. 1972, p. 7.

⁵⁷ Brejnev, Leonid I. Intervención de Leonidas I. Brejnev por la TV Norteamericana, el 24 de Junio de 1973. In: op. cit. p. 33.

⁵⁸ IV Conferência de Jefes de Estado y de Gobierno de los Países No Alineados. Argel 5 a 9 de Septiembre de 1973. Declaración Política. *Política Internacional*. Belgrado 563.20 XI, 1973, p. 20-24.

dominação e a ocupação estrangeiras, o neocolonialismo, o imperialismo e o sionismo continuam sendo uma realidade em nossa época" (item 14). Sustentam que a paz é um conceito indivisível, e que enquanto subsistirem os males citados e as situações de guerra latente e manifesta, a paz se limitará "às zonas prósperas do planeta" (item 16).

A paz não pode ser reduzida a uma simples transferência geográfica do conflito. E a guerra não se limita apenas ao conflito aberto em termos militares. "A distensão seria precária se não se levasse em conta os interesses de outros países" (item 16). Por isso, a declaração política expressa que não se pode relegar mais da metade dos países do mundo, que representam dois terços da população mundial, a viver em uma periferia do planeta, "condenada à insegurança e à lei do mais forte" (item 16).

O conceito de segurança internacional inclui como uma de suas características essenciais a dimensão econômica que "garante a todos os países o direito de levar à prática seus programas de desenvolvimento, apesar de agressões ou outras formas de pressão" (item 19). Os países não-alinhados se empenham em fazer "prevalecer os princípios de segurança econômica nas relações internacionais" (item 20).

O conceito de segurança internacional é, além disso, um conceito universal que deveria englobar todas as regiões do mundo e ser igual para todos os povos e todos os países (item 61).

Esta concepção global e multissetorial dos países não-alinhados com relação à segurança internacional supera, em extensão e conteúdo, a concepção de segurança internacional das superpotências.

Por isso, com base no pensamento político dos "terceiros países" sobre os Acordos de Moscou e de Washington, o entendimento entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — e a conseqüente reestruturação de suas relações — constituem uma *condição necessária* porém, obviamente, *não suficiente*, para a paz e a segurança mundiais, tanto em seus aspectos militares como políticos e econômicos.

Um dos conceitos essenciais de política internacional sustentado pelos países não-alinhados é o que se refere a seu direito soberano de serem reconhecidos e admitidos na tomada de decisões de alcance mundial. Querem "assegurar plenamente suas responsabilidades internacionais e contribuir para a solução dos problemas coetâneos que comprometem o destino de todos os povos do mundo" (item 26), reclamando ainda o direito de *participação* igual na tomada de decisões que possam afetar aos países do mundo, qualquer que seja seu tamanho (item 26).⁵⁹

⁵⁹ Godoy, Horácio H. Aspectos teóricos del proceso de participación política. In: Vargas, Diego Uribe et alii. ed. *Colombia: hacia una sociedad participante*. Fundación para la Nueva Democracia, Bogotá, nov. 1973. p. 13-35.

Esta concepção mundial de *participação* proclamada pelos países não-alinhados relaciona-se com o apoio total que estes países outorgam a Organização das Nações Unidas. Depois de assinalar a universalização da ONU com o reconhecimento da República Popular da China, da República Federal da Alemanha e da República Democrática da Alemanha esperam que a organização mundial possa constituir-se no “instrumento eficaz para promover a paz e a segurança internacionais, desenvolver a cooperação e salvaguardar os direitos e as liberdades fundamentais” (item 74).

A Declaração Política de Argel mantém e desenvolve a concepção política mundial dos países não-alinhados, já definida em conferências anteriores, principalmente nas de Georgetown, na Guiana, em agosto de 1972. Nesta conferência, realizada dois meses depois da reunião de Moscou, os países não-alinhados se congratularam com os processos de reconciliação e normalização de relações entre as maiores potências, mas assinalaram que “estes processos deveriam estender-se a todas as regiões do mundo sem exceção”. Esta “reconciliação deve ser acompanhada pela obrigação de proceder a uma crescente cooperação internacional e, na medida do possível, deveria ser conseguida recorrendo-se cada vez mais às instituições do sistema das Nações Unidas” e concluía afirmando, de forma categórica, que “apenas isto tornaria possível abordar a solução rápida dos problemas fundamentais do desenvolvimento econômico, do desarmamento e da paz internacional, que constituem a maior preocupação de todas as nações”.⁶⁰

No discurso feito na IV Conferência dos Países Não-Alinhados, Indira Gandhi disse que “acaba de ter início uma nova era de reconciliação e realizamos certo progresso neste sentido. Existem, mesmo assim, zonas de instabilidade, fontes de conflito, explorações, injustiças e dominações”.

Adam Malik, Ministro das Relações Exteriores da Indonésia, disse nessa ocasião que “a distensão e a coexistência pacífica devem estender-se a todas as partes do mundo, às relações entre todas as nações”.

Para finalizar esta parte de interesse inegável transcreverei alguns dos parágrafos do discurso pronunciado pelo Presidente Tito, na IV Conferência de Argel: “A atenção do mundo inteiro vê-se atraída hoje pelas relações entre as grandes potências que, devido a seu enorme poder, têm grande responsabilidade pela paz e segurança. É natural que celebremos o progresso na cooperação bilateral — econômica, científica e de outra natureza — que contribuirá para a consolidação da paz. Sem dúvida, não devemos fechar os olhos aos sérios problemas que afligem o mundo, cuja solução

⁶⁰ Secretaria de Informaciones del Consejo Ejecutivo Federal — *Documentos de las Conferencias y Reuniones de los Países no Alineados. 1961-1973*. Belgrado, 1973.

não se pode atribuir a apenas um círculo reduzido de países. As verdadeiras soluções são possíveis unicamente se as decisões participam todos os países, especialmente os que são diretamente afetados. Se não se aplicar este método democrático, ver-nos-emos constantemente ameaçados pelos perigos provenientes da prática de resolver problemas sem a participação direta dos interessados. Tais soluções podem trazer apenas alívios passageiros e apresentam, concomitantemente, os germens de dificuldades e conflitos.”

6. A nova era das relações internacionais e a cooperação mundial para o desenvolvimento

A principal hipótese deste trabalho sustenta que os Acordos de Moscou e Washington, assinados entre as duas superpotências mundiais, constituem o término do período da *guerra-fria* e o início formal de uma *nova era* no campo das relações internacionais e da política mundial. Esta hipótese central complementa-se com duas hipóteses auxiliares: uma, afirma que o efeito dos Acordos de Moscou e de Washington não podem ser avaliados em suas últimas conseqüências, sem se levar em conta o contexto histórico da era científico-tecnológica, que alterou radicalmente os conceitos de *espaço* e *tempo* históricos; a segunda, que os Acordos de Moscou e Washington são *condição necessária mas não suficiente* para o desenvolvimento de uma nova era na política mundial em que a segurança, a justiça social e o desenvolvimento são estabelecidos através da efetiva *participação* de todos os países do mundo.

Como complemento à segunda hipótese auxiliar, poderíamos acrescentar uma terceira: para uma real universalização do princípio da segurança internacional — em termos militares e econômicos — é necessário que os princípios gerais que inspiram as relações entre as superpotências se estendam, orientem e apliquem às relações entre países industrializados e países subdesenvolvidos, através de mecanismos efetivos de *participação*.

A distensão das relações internacionais, baseada nos acordos das superpotências e sustentada por outros acordos como os que se referem ao Vietnã, Berlim, etc., tem um efeito direto sobre os políticos militares das superpotências e dos países aliados e, em conseqüência, refletir-se-á também nos orçamentos militares de todos os países do mundo. Para dar uma idéia do poder financeiro liberado pela distensão das relações internacionais, apresentamos algumas informações sobre o assunto:

⁶¹ Presidente Tito. El gran papel de los no alineados en la edificación de un mundo mejor y más justo. *Política Internacional*, Beigrado, N. 563.20 XI, p. 8-9, 1973.

Quadro 11

<i>Despesas militares no mundo</i> (bilhões de dólares — valor corrente)									
1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
119	132	138	139	142	159	178	191	200	208

O total de despesas militares para a década compreendida entre os anos 1961/1970 alcançou 1 606 bilhões de dólares. Em 1971 foram gastos 216 bilhões de dólares, o que eleva o montante dos gastos militares de 1961 a 1971 a 1 822 bilhões de dólares.⁶²

A distribuição de tais despesas por países industrializados e por países subdesenvolvidos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e dos países-membros do Pacto de Varsóvia é a seguinte:

Quadro 12

<i>Despesas militares no mundo por grupos de países — 1961-70</i> (bilhões de dólares — valor corrente)	
Industrializados	1 430
Subdesenvolvidos	176
OTAN	878
Pacto de Varsóvia	544
Total mundial	1 606

Estas cifras representam o total das despesas militares de 120 países. O aumento constante dos orçamentos de despesas militares foi motivado por três causas principais: elevação dos preços dos equipamentos militares; incorporação de quase 4 milhões de homens às forças armadas durante o período 1961/1970 e os grandes investimentos no campo da tecnologia moderna, para a construção de armas mais aperfeiçoadas. Todas essas causas foram estimuladas pelas tensões internacionais da guerra-fria.

As despesas militares dos Estados Unidos, 25% das quais provocadas pela Guerra do Vietnã, foram estimadas em 553 bilhões de dólares para os anos de 1965 a 1972, isto é, durante esse período de oito anos um promédio de 69 bilhões de dólares por ano, equi-

⁶² United States Arms Control and Disarmament Agency (ACDA). *World military expenditures*, 1971. p. 1, 2, 9.

valente ao produto interno bruto anual combinado da Argentina, Brasil e Chile e a duas vezes o produto interno bruto dos seis países do Grupo Andino. A soma total, para os oito anos é superior ao produto interno bruto da União Soviética para o ano de 1970.⁶³

A nova era das relações internacionais não significa apenas a distensão das relações internacionais em decorrência da superação dos esquemas mentais e estratégicos da guerra fria, nem tampouco o aumento de intercâmbio comercial e científico-tecnológico entre os Estados Unidos e a União Soviética. A nova era significará a liberação de recursos financeiros, tecnológicos, organizacionais e administrativos — a supercapacidade das superpotências — e a necessidade urgente de uma reorientação imediata e produtiva de tais recursos com vistas a fins pacíficos de desenvolvimento.

A capacidade integral das superpotências é de *escala mundial*. Se trabalharmos com essa capacidade em escala mundial, mas com uma perspectiva ou concepção rigorosamente nacionalista, estaremos, uma vez mais, frente a concepções *imperialistas*: que não são outra coisa senão a ação de um país, em *escala mundial*, em busca de *interesses nacionais*: o desafio que os países do mundo enfrentam diz respeito à maneira de canalizar a energia liberada pela paz com vistas à construção da nova ordem mundial do século XXI.⁶⁴

Dissemos anteriormente que o mundo — transformado em uma aldeia global, segundo a feliz expressão de McLuhan — em acelerado processo de transformações históricas, não pode tolerar a guerra, tampouco pode descuidar-se da construção da paz.

Disse Leonid I. Brejnev em um discurso durante sua visita a Washington: “Dentro de dois anos os cosmonautas soviéticos e norte-americanos irão ao cosmos para realizar a primeira grande experiência conjunta na história da humanidade. Eles sabem que lá, do cosmos, nosso planeta parece mais bonito, ainda que pequeno.” E acrescentou: “Nosso planeta é bastante grande para que nele possamos viver em paz, porém é demasiado pequeno para expô-lo aos perigos da guerra nuclear.”

Em outra de suas intervenções, disse o líder soviético: “Todos nós vimos desprezando, nos últimos anos, as velhas noções com relação a esse problema — a colaboração econômica entre diversos países — o que é natural, pois as velhas formas de relações econômicas já não respondem às necessidades de nosso tempo. Em alguns países a escala de economia já não é a mesma e a revolução

⁶³ SIPRI Yearbook, p. 54-5. 1972.

⁶⁴ O Institute of World Order, com sede em Nova Iorque, realiza estudos para elaboração de Modelos de Ordem Mundial para a década de 1990-99. Oito grupos de estudo se reúnem, já há alguns anos, e produziram seus primeiros modelos que estão prontos para ser publicados. Ver Baldwin, Ian. *Thinking about a new world order for the decade of 1970*. War Peace Report Jan. 1970.

científico-técnica ocorre a passos rápidos, impulsionada pelas grandes realizações do gênio e do trabalho humanos.” Acrescentou mais adiante: “Estão porém essas novas demandas refletidas na prática das relações econômicas internacionais? Creio que não. E isto não ocorre por falta de demandas e possibilidades econômicas reais, nem porque às vezes nossas noções a respeito estejam distanciadas das novas realidades da vida econômica. A causa principal localiza-se nas condições políticas, nas relações políticas que durante longo tempo impediram o desenvolvimento da colaboração reciprocamente proveitosa entre nossos países.”⁶⁵

Pareceu-me conveniente citar estas expressões de Leonid I. Brejnev, porque constituem um exemplo claro da necessidade de rever e atualizar o pensamento econômico — teoria e conceitos — acerca das novas realidades deste setor, e também, talvez com maior urgência, atualizar e rever o *pensamento político* em escala mundial.

A nova era significa essencialmente uma nova escala dos fenômenos internacionais, uma crescente interação das vidas dos países onde superpotências, empresas transnacionais e uma constante proliferação de Estados juridicamente independentes constituem os atores cada vez mais poderosos e cada vez mais impacientes, segundo sua posição relativa em nosso mundo.

O monopólio da política mundial parece ser uma das antiutopias que se destroem a si mesmas. O duopólio da política mundial parece reunir as características próprias das “profecias de autodestruição”.⁶⁶ O mundo parece estar protegido — ou ameaçado — por um sistema em que “a propriedade cumulativa” rege as relações internacionais.⁶⁷ Nesta conjuntura histórica da humanidade pode parecer que não haverá vencedores ou vencidos, que todos seremos ganhadores e participaremos, de algum modo, do sacrifício de bens muito valiosos, em proporção e forma diferentes, porque tanto o triunfo final como a derrota final também se universalizaram para alcançar a escala mundial característica de nossa era científico-tecnológica.

O cenário mundial contemporâneo apresenta grandes problemas, nele atuam grandes atores. A nova era das relações internacionais que oferece os fundamentos da política mundial do século XXI espera grandes soluções em escala mundial, adequada

⁶⁵ Brejnev, Leonid I. op. cit. p. 18.

⁶⁶ Afheldt, Horst. *Development of some preconditions for non-violent international relations*. s/data, p. 16-25, mimeogr.

⁶⁷ Deutch, Karl W. *The analysis of international relations*. New Jersey, Prentice Hall. 1968. p. 114-24. O Secretário de Estado norte-americano expressou muito bem esta situação especial em que se encontram as duas superpotências: “We are at one and the same time adversaries and partners in the preservation of peace.” (Somos ao mesmo tempo adversários e sócios na preservação da paz). *Time*, p. 7, Nov. 5, 1973.

à dimensão dos grandes problemas e do extraordinário potencial dos grandes atores. Mas estes não estão sozinhos. A Conferência de Argel é apenas uma das expressões de inquietação e de cautela frente a *lua-de-mel* dos gigantes.

Foi dito, com muita razão, que nós — na América Latina — nos preocupamos quando os Estados Unidos e a União Soviética se vêem diante de alguns conflitos sérios; porém, quando os Estados Unidos e a União Soviética estão de acordo, nós, na América Latina, *redobramos* nossa preocupação.

O que significará esta expressão popular latino-americana? Que, segundo a teoria dos conflitos, as regras do jogo apresentam alternativas aos países pequenos, quando os grandes discutem ou brigam. Claro que essas alternativas desaparecem para grandes e pequenos se o conflito entre as superpotências alcança o nível das armas estratégicas. Deveríamos, porém, adotar raciocínio semelhante para os tempos de paz. A paz contemporânea, a paz da era científico-tecnológica também é uma *paz nuclear*, diríamos, *paz em escala*. E neste caso, as grandes potências devem realizar o esforço supremo para compreender que vivemos todos na aldeia global e que, na era espacial, científico-tecnológica ou nuclear, não há justificativa alguma para a existência de “100 países e 2 bilhões de seres humanos” submersos nas penúrias do subdesenvolvimento.⁶⁸

A Escola de Pós-Graduação em Economia
(EPGE)

da Fundação Getúlio Vargas
realizará

entre os dias 21 de abril e 8 de maio
um curso intensivo e prático
sobre

**A CORREÇÃO MONETÁRIA NO SISTEMA
ECONÔMICO-FINANCEIRO NACIONAL**

Inscrições na **EPGE** da Fundação Getúlio Vargas

Praia de Botafogo, 190

10.º andar, sala 1011

Tel.: 246-1787 (direto)

⁶⁸ McNamara, Robert S. *Cien países. Dos mil millones de seres. La dimensión del desarrollo*. Madrid, Tecnos, 1973.